

Carlos Eduardo  
Fernandes Neves Ribeiro

# Improbidade Administrativa e Pós-positivismo

---

Um estudo sob  
novas perspectivas  
hermenêuticas

EDITORA LUMEN JURIS  
RIO DE JANEIRO  
2020

Copyright © 2020 by Carlos Eduardo Fernandes Neves Ribeiro

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
Printed in Brazil

1176482

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

R484i

Ribeiro, Carlos Eduardo Fernandes Neves

Improbidade administrativa e pós-positivismo : um estudo sob novas  
perspectivas hermenêuticas / Carlos Eduardo Fernandes Neves Ribeiro. –  
Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2020.

312 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 237-296.

ISBN 978-65-5510-009-9

1. Improbidade administrativa. 2. Contratação temporária. 3. Servidor  
público. 4. Motivação. 5. Hermenêutica (Direito). I. Título.

CDD 340

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Agradecimentos.....	VII
Prefácio .....	IX
1. Introdução.....	1
2. O Pós-Positivismo e o Pensamento Alexyano .....	9
2.1 Origens, características e desafios do Pós-positivismo.....	9
2.2 Argumentação Jurídica .....	14
2.2.1 Noções gerais: a Teoria da Argumentação Jurídica alexyana .....	14
2.2.2 Discurso jurídico: um caso especial do discurso prático geral... ..	17
2.2.3 Críticas e deficiências.....	20
2.2.4 Limites e condicionantes .....	24
2.2.5 A Teoria da Argumentação Jurídica de Robert Alexy e o ordenamento jurídico brasileiro .....	26
2.3 A Teoria dos Princípios e o fenômeno da ponderação .....	27
2.3.1 Regras X Princípios .....	28
2.3.1.1 A multiplicidade de critérios .....	29
2.3.1.2 O cenário nacional e a multiplicidade de critérios.....	32
2.3.1.3 Humberto Ávila e os parâmetros distintivos entre regras e princípios: apontamentos e críticas. ....	33
2.3.1.3.1 Critério Hipotético-condicional.....	33

2.3.1.3.2 Critério do modo final de aplicação.....	35
2.3.1.3.3 Critério do conflito normativo .....	36
2.3.1.3.4 Critério do fundamento axiológico .....	41
2.3.1.3.5 Critério heurístico de alternativas inclusivas .....	42
2.3.2 Dever ser real X Dever ser ideal .....	44
2.3.2.1 Considerações gerais .....	44
2.3.2.2 Críticas e apontamentos.....	46
2.3.3 Ponderação .....	47
2.3.4 Regras e Princípios: a indissociabilidade .....	51
2.3.5 Princípios formais .....	54
2.3.5.1 Considerações gerais .....	54
2.3.5.2 Discricionariedade e ponderação .....	55
2.3.5.3 Princípios formais e discricionariedade .....	56
2.4 A dupla natureza do Direito .....	60
2.4.1 A Dimensão ideal ou crítica do Direito.....	61
2.4.1.1 Considerações Gerais.....	61
2.4.1.2 Objeções.....	64
2.4.1.3 A injustiça extrema .....	66
2.4.1.4 Considerações finais .....	70

2.4.2 A Dimensão real ou fática do Direito .....	71
2.4.2.1 Considerações gerais .....	71
2.4.2.2 Injustiça Extrema .....	73
2.4.2.3 Direito Brasileiro .....	73
2.4.2.4 Justificabilidade.....	75
2.4.3 Argumentação jurídica: caráter dual – o impacto da dupla natureza do direito no processo argumentativo.....	76
2.5 Pensamento de Robert Alexy enquanto sistema.....	78
3. Improbidade Administrativa; Contratação Temporária Irregular de Servidores Públicos; e os Rumos da Jurisprudência Pátria.....	85
3.1 Improbidade administrativa.....	85
3.1.1 Breve esboço histórico.....	85
3.1.2 A regulamentação em vigor e seus aspectos gerais.....	88
3.1.3 Conflito de interesses e improbidade administrativa.....	92
3.1.4 Conceito .....	95
3.1.5 Direito à boa administração e juridicidade administrativa.....	101
3.1.6 Natureza jurídica .....	105
3.1.7 Tipologia .....	117
3.1.7.1 Ato de improbidade administrativa que importa enriquecimento ilícito .....	118

3.1.7.2 Ato de improbidade administrativa que importa lesão ao patrimônio público.....	119
3.1.7.3 Ato de improbidade administrativa decorrentes da concessão ou aplicação indevida de benefício financeiro ou tributário .....	123
3.1.7.4 Ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da Administração Pública .....	124
3.2 Contratação temporária de servidores públicos. Hipóteses de admissibilidade. Descumprimento. Improbidade administrativa. ...	126
3.2.1 Contratação temporária de servidores públicos .....	128
3.2.2 Contratação temporária de servidores públicos e improbidade administrativa .....	138
3.2.2.1 Breves considerações doutrinárias .....	138
3.2.2.2 Improbidade administrativa; contratação irregular de servidores públicos; e rumos jurisprudenciais. ....	141
4. Uma Releitura Alexyana da Improbidade Administrativa: em Busca de Cientificidade.....	165
4.1 Bases científicas sólidas .....	165
4.2 Delineamentos normo-fundantes da improbidade administrativa .....	169
4.3 Princípios constitucionais da Administração Pública.....	171
4.3.1 Considerações iniciais.....	171
4.3.2 Princípio da legalidade .....	177
4.3.3 Princípio da impessoalidade.....	180

4.3.4 Princípio da moralidade.....	183
4.3.5 Princípio da publicidade.....	188
4.3.6 Princípio da eficiência.....	191
4.4 Deveres impostos aos agentes públicos: noções gerais .....	193
4.5 Improbidade administrativa: uma proposta de análise em diferentes níveis .....	203
4.5.1 Considerações iniciais.....	203
4.5.2 Os diferentes níveis de análise .....	206
4.5.3 A contratação temporária irregular de servidores públicos; a improbidade administrativa; e os diferentes níveis de análise.....	214
5. Conclusão.....	231
Referências .....	237